

DIREITO
ADMINISTRATIVO
E DEMOCRACIA

Robertônio Pessoa

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Robertônio Pessoa

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P475d

Pessoa, Robertônio

Direito administrativo e democracia / Robertônio Pessoa.
– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
126 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 115-120.

ISBN 978-65-5510-163-8

ISBN Edufpi 978-65-86171-21-1

1. Direito administrativo. 2. Democracia. 3. Reforma administrativa. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Capítulo I – Importância e Complexidade do

Direito Administrativo	1
1. Importância do direito administrativo	1
2. Direito administrativo e realidade social.....	3
3. Estrutura tridimensional do direito administrativo	6
3.1. Dimensão legal-garantística	8
3.2. Dimensão gerencial.....	10
3.3. Dimensão político-democrática.....	11
3.4. Utilidade teórico-prática da concepção tridimensional...	13

Capítulo II – Estado e Direito Administrativo no Brasil 15

1. Estado, democracia e desenvolvimento	15
2. Surgimento do Estado-Administrativo.....	19
3. A Constituição de 1946, a redemocratização e o federalismo	22
4. Estruturação do direito administrativo brasileiro	26
5. O período do regime militar	32
5.1. A reforma administrativa	34
5.2. O flerte do direito administrativo com o autoritarismo	37
6. Afirmção científica do direito administrativo brasileiro	39
7. A questão da vinculação da administração pública à lei	44

Capítulo III – A Constituição de 1988 e a

Constitucionalização do Direito Administrativo	49
1. A transição para a democracia.....	49

2. A Constituição Federal de 1988 e a renovação do direito administrativo	51
3. Impactos da teoria constitucional no direito administrativo	55
3.1. Direito administrativo e direitos fundamentais.....	56
3.2. Direito administrativo e democracia.....	59

Capítulo IV – A Reforma Administrativa de 1998 e a Administração Gerencial	63
1. Os debates em torno do papel do Estado	63
2. As demandas por eficiência e a administração gerencial.....	66
3. A Reforma Administrativa e seus desdobramentos	71
4. Os excessos gerenciais.....	74
5. As agências regulatórias e seus impactos	78

Capítulo V – Democratização do Direito Administrativo e da Administração Pública	85
1. Neoliberalismo e pós-democracia	85
2. Déficit democrático do direito administrativo.....	89
3. A função político-constitutiva da Administração Pública	92
4. Avanços democráticos no direito administrativo	98
5. Formas de democratização da administração pública.....	101
5.1. Democracia orgânica	103
5.2. Democracia procedimental	105
6. “Democracia administrativa” como complemento à democracia representativa	107
7. Um direito administrativo para a democracia.....	111
Referências	115